Revista Ônibus, 25 anos entregando a melhor comunicação do setor

Vencedora do Prêmio CNT de Jornalismo 2024 na categoria Comunicação Setorial



Motivos para anunciar na Revista Ônibus

- Uma revista premiada
- Abrangência nacional
- Mailing qualificado 10k
- 100% digital

Anuncie: comercial@revistaonibus.com.br

Revista Ônibus



ALIANÇA PELO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO

Iniciativa de entidades do setor prioriza temas como tarifa zero e o novo Marco Legal do Transporte Público, buscando influenciar políticas públicas em contexto eleitoral e alinhado à Década da ONU para o Transporte Sustentável

Durante o 24º Congresso da Associação Nacional de Transportes Públicos — Arena ANTP —, realizado em novembro de 2025, 16 entidades nacionais ligadas à mobilidade urbana sustentável lançaram a proposta de criação da Aliança pelo Transporte Público Coletivo, movimento que visa melhorar a qualidade e a acessibilidade do transporte público nas cidades brasileiras, tornando-o mais eficiente, sustentável e justo para todos.

Partindo dos desafios do setor, as instituições planejam consolidar o entendimento de que é necessária uma articulação nacional, ampla e permanente, voltada ao fortalecimento e à promoção do transporte público coletivo no Brasil. "Deverá ser um espaço plural, democrático, para discussões sobre as políticas públicas para o transporte coletivo", explica Renato Boareto, consultor em planejamento e gestão de mobilidade urbana e coordenador do processo de criação da Aliança. Segundo Boareto, a proposta surgiu da avaliação técnica de que é preciso "um esforço coordenado em defesa do transporte coletivo".

(A) Divulgação NTU

A discussão sobre essa iniciativa marca o início de nova frente de cooperação entre entidades que atuam diretamente na mobilidade urbana, integrando operadores de transporte por ônibus e trilhos, indústria, organizações da sociedade civil, poder público e instituições financeiras. A iniciativa pretende estimular o diálogo, alinhar as estratégias e promover ações conjuntas que ampliem a participação do transporte coletivo na matriz de mobilidade urbana e impulsionem políticas públicas voltadas à eficiência, acessibilidade e sustentabilidade do setor.

Na reunião das entidades, foram identificados oito temas estruturantes para o setor, com destaque para dois: a realização de estudos sobre política tarifária, com foco na tarifa zero; e a aprovação final do Marco Legal do Transporte Público Coletivo (Projeto de Lei no 3.278/21), que busca reestruturar o modelo de prestação dos serviços no Brasil, atualizando a Política Nacional de Mobilidade Urbana e modernizando a legislação vigente para responder às transformações sociais e econômicas que impactam o funcionamento dos meios de transporte.

A proposta do Marco Legal já passou pelo Senado e recebeu, no começo de dezembro de 2025, parecer favorável da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados. Após intensa articulação política das entidades ligadas ao setor de transporte, foi apresentado ainda em dezembro requerimento de urgência para a votação da matéria, que deve entrar em pauta no plenário da Câmara ainda neste primeiro semestre.

> “É UMA EXCELENTE INICIATIVA PARA CONVENCIMENTO DAS ESFERAS DE GOVERNO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO TRANSPORTE PÚBLICO E SUAS NECESSIDADES PREMENTES DE ATENÇÃO, SEJA NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, SEJA PARA CUSTEIO E INVESTIMENTOS.”
>
> **Luiz Carlos Mantovani Néspoli**
> superintendente da ANTP

A adoção da tarifa zero nos transportes urbanos deverá ser um dos principais temas de 2026, principalmente por ser ano de eleições majoritárias. Atualmente, mais de 170 cidades brasileiras já oferecem, total ou parcialmente, algum tipo de gratuidade à população. O tema deve ganhar visibilidade neste ano, mas, ao mesmo tempo, a ideia de adoção da tarifa zero em todo o país gera preocupação entre técnicos e gestores públicos. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) calcula que um programa nacional de tarifa zero custaria cerca de R$ 200 bilhões anuais — valor superior ao orçamento do Ministério da Saúde. A Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) e a FGV Transportes alertam que o modelo atual de subsídios municipais não comporta essa despesa, sem novas fontes de financiamento estáveis.

Para Luiz Carlos Mantovani Néspoli, superintendente da ANTP, a Aliança pelo Transporte Público Coletivo “é uma excelente iniciativa para convencimento das esferas de governo sobre a importância do transporte público e suas necessidades prementes de atenção, seja na estrutura organizacional, seja para custeio e investimentos”. Para ele, a iniciativa é oportuna, também, “em face de 2026 ser ano de eleições dos governos federal e estaduais, assim como de parlamentares, para que se possa orientar candidatos a organizar o tema em seus programas”.

A criação da Aliança, neste ano, coincide com o início da Década das Nações Unidas para o Transporte Sustentável (de 2026 a 2035), declarada pela Assembleia Geral da ONU em 2023 e lançada, oficialmente, em 10 de dezembro passado. A iniciativa busca promover sistemas de mobilidade mais eficientes, seguros, inclusivos e limpos e aumentar ainda mais a conscientização sobre o papel fundamental do transporte no avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reunindo e mobilizando novas soluções, recursos e parcerias para promover o transporte sustentável em nível global.

No próximo mês de março de 2026, devem ser concluídas as consultas e o envolvimento das mais diversas entidades — operadores, órgãos governamentais, pesquisadores, organismos de financiamento e terceiro setor — na formação da Aliança pelo Transporte Público Coletivo, possibilitando a elaboração de manifesto público e o desenvolvimento do planejamento estratégico da nova iniciativa, que deve repensar o futuro do transporte coletivo e torná-lo mais sustentável e equitativo para todos.